

# ORIENTAÇÕES DE ESTUDOS DE **SOCIOLOGIA**

4

**1ª**  
SÉRIE



## Ensino Médio

Secretaria de  
Educação



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**



/SeeducRJ



/seeducrj



/seeducrio

**Governo do Estado do Rio de Janeiro**

**Secretaria de Estado de Educação**

Comte Bittencourt

**Secretário de Estado de Educação**

Andrea Marinho de Souza Franco

**Subsecretária de Gestão de Ensino**

Elizângela Lima

**Superintendente Pedagógica**

Maria Claudia Chantre

**Coordenadoria de Áreas do Conhecimento**

#### **Assistentes**

Cátia Batista Raimundo

Carla Lopes

Roberto Farias

#### **Texto e conteúdo**

**Osvaldo Maffei**

CAIC Euclides da Cunha

**Paula Antunes**

CE Embaixador Dias Carneiro

**Cleber Gonçalves Pacheco**

IERP- Instituto de educação Rangel Pestana. Metropolitana I

## **Capa**

Luciano Cunha

## **Revisão de texto**

Prof<sup>a</sup> Andreia Cristina Jacurú Belletti

Prof<sup>a</sup> Andreza Amorim de Oliveira Pacheco.

Prof<sup>a</sup> Cristiane Ramos da Costa

Prof<sup>a</sup> Deolinda da Paz Gadelha

Prof<sup>a</sup> Elizabete Costa Malheiros

Prof<sup>a</sup> Karla Menezes Lopes Niels

Prof<sup>a</sup> Kassia Fernandes da Cunha

Prof Marcos Giacometti

Prof Mário Matias de Andrade Júnior

Prof Paulo Roberto Ferrari Freitas

Prof<sup>a</sup> Regina Simões Alves

Prof Thiago Serpa Gomes da Rocha

Esse documento é uma curadoria de materiais que estão disponíveis na internet, somados à experiência autoral dos professores, sob a intenção de sistematizar conteúdos na forma de uma orientação de estudos.

**© 2021 - Secretaria de Estado de Educação. Todos os direitos reservados.**

## SUMÁRIO

|                                                                                       |           |
|---------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1. Introdução</b>                                                                  | <b>6</b>  |
| <b>2. Aula 1 – A hora do Vídeo -</b>                                                  | <b>6</b>  |
| <b>3. Aula 2 – Multiculturalismo da Sociedade Brasileira</b>                          | <b>7</b>  |
| <b>4. Aula 3 – Políticas de Ação Afirmativa como formas de discriminação positiva</b> | <b>9</b>  |
| 4.1. A discriminação como fator positivo                                              | 11        |
| 4.2. Os tipos de Ações Afirmativas                                                    | 11        |
| 4.3. As Ações Afirmativas no Brasil                                                   | 12        |
| <b>5. Aula 4 - Atividade Discursiva</b>                                               | <b>14</b> |
| <b>6. Aula 5 - Exercícios e Questões de Enem</b>                                      | <b>15</b> |
| <b>7. Considerações Finais</b>                                                        | <b>18</b> |
| <b>8. Resumo</b>                                                                      | <b>18</b> |
| <b>9. Referências Bibliográficas</b>                                                  | <b>19</b> |

**DISCIPLINA: SOCIOLOGIA**

## **ORIENTAÇÕES DE ESTUDOS para SOCIOLOGIA**

**4º Bimestre de 2020 - 1ª série do Ensino Médio**

### **META**

- Perceber o caráter multicultural da sociedade brasileira
- Identificar a emergência das políticas de ação afirmativa como formas de discriminação positiva

### **OBJETIVO**

**Ao final desta aula o aluno deverá ser capaz de:**

- Resgatar todo o conhecimento trabalhado nas aulas anteriores e perceber a sociedade brasileira como resultado da miscigenação e por isso, considerado multicultural
- Entender o que é política de ação afirmativa, seus tipos, objetivos e contrapor às políticas públicas
- Relacionar os temas trabalhados ao longo do ano

## 1. Introdução

Olá!

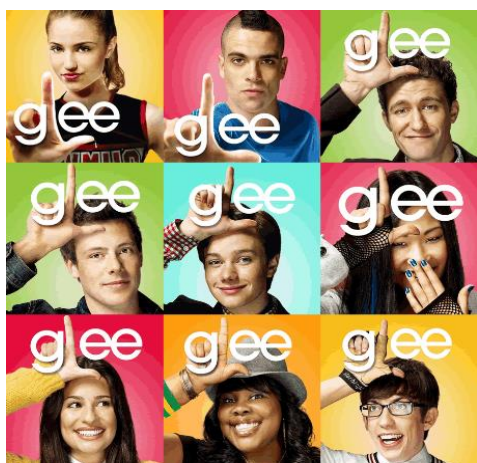
Este é o último bimestre do ano e esperamos que tenha gostado desta disciplina, bem como dos temas trabalhados.

Iniciamos com uma caminhada histórica, falando acerca do surgimento desta nova ciência e de seus desafios ao longo de sua consolidação. Alguns temas perpassam outras disciplinas, a saber, a Antropologia e a Ciência Política, suportes à Sociologia. E, como foi importante entender o processo de formação da nossa identidade, que nos ajuda no pertencimento aos nossos grupos e instituições sociais!

Agora, depois dessa longa caminhada, fechamos com “chave ouro”, resgatando alguns dos conceitos trabalhados para falar de um Brasil multicultural que, embora tenha ações institucionalizadas pelo poder público, precisa do apoio de ações afirmativas para dar conta de alguns “erros” históricos não corrigidos e para contribuir para a redução das desigualdades sociais.

Vamos lá?

## 2. Aula 1: A hora do vídeo



O coral da McKinley High School costumava estar no topo do mundo dos corais, mas uma série de escândalos o transformaram em um abrigo de estudantes desajeitados e rejeitados pelos "populares". Will Schuester, um professor otimista, se ofereceu para tomar a liderança do coral e restaurar sua glória - e para isso, contou com a ajuda da professora Emma Pillsbury. Era uma tarefa difícil, pois o coro conta com Kurt, uma soprano nerd e dramática, Mercedes, uma diva que se recusa a ser segunda voz, Arty, um guitarrista que passa mais tempo fugindo dos colegas do que pensando em garotas, e Tina, uma garota estranha que precisa aprender a controlar sua timidez. A única esperança de Will é Rachel Berry, uma garota perfeccionista que está convencida que o coral é sua passagem para o sucesso, e, Finn Hudson, o jogador de futebol popular que, além de ser lindo, tem uma voz de veludo. O único problema





é que Finn deve proteger sua reputação e manter o namoro com Quinn, a garota mais popular da escola, e seu arrogante colega de time, Puck. Motivado por um segredo em seu passado, Will está determinado a fazer o que for preciso para ajudar o coral, mesmo que todos pensem que ele está

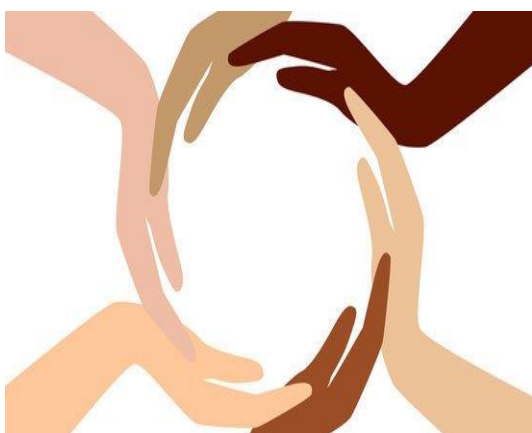
maluco. Ele vai provar que todos estão errados - desde sua esposa Terri até a capitã do time de líderes de torcida, Sue Sylvester.

A série tem como objetivo incentivar os jovens a se aceitarem como são de verdade sem ter medo de assumir-se para o mundo. Cada episódio, ou temporada, terminava com uma lição a ser aprendida e embaladas pelo melhor da música em covers iguais às originais ou com formatos diferentes.

Todas as etnias estão ali representadas, com seus dilemas, em todos os episódios. Cada personagem tem sua vida, sua história e sofre algum tipo de preconceito por apresentar algo diferente dos demais: deficiências, bipolaridade, sexualidade, relações conflituosas, etc.

Acesse: <https://youtu.be/QdmxdmHoF94>

### 3. Aula 2: Multiculturalismo da Sociedade Brasileira



Multiculturalismo, ou pluralismo cultural, é um termo que descreve a existência de muitas culturas numa região, cidade ou país, com no mínimo uma predominante. O multiculturalismo, portanto, é a inter-relação de várias culturas em um mesmo ambiente, um fenômeno social que pode ser relacionado à globalização e às sociedades pós-modernas.

Alguns países apresentam maior multiculturalidade, devido aos diferentes grupos de imigrantes recebidos, mas também por observar outros fatores de integração e o desenvolvimento de novas

culturas a partir do choque cultural. A ideia de um grupo multicultural então pressupõe que os grupos culturais estariam interligados, em função do contato que as culturas têm entre si.

O conceito de multiculturalismo tem grande influência do relativismo cultural, que questiona a ideia de que os hábitos e costumes de um grupo poderiam ser superiores a de outros. Essa ideia de que as culturas são diversas e devem ser respeitadas na sua essência, sem existir um certo ou errado nos costumes, é a base do multiculturalismo.



O Multiculturalismo no Brasil está diretamente associado ao processo migratório, desde a chegada dos portugueses em 1500. O Brasil se desenvolveu a partir de uma construção social entre os portugueses (europeus), os indígenas (povos originários) e os negros sequestrados e escravizados (de diversos territórios africanos). Ao longo dos séculos seguintes, o território brasileiro recebeu holandeses, franceses, espanhóis, italianos, japoneses, alemães e outros imigrantes, transformando a cultura brasileira.



Internacionalmente, o Brasil é conhecido por ser um dos países que melhor recebe seus visitantes, tentando adequar-se para receber bem as culturas alheias e com uma forte marca cultural própria. A diversidade étnica dos próprios brasileiros é outra forte característica multicultural. As diferentes cores de pele, os diversos costumes compartilhados, diferentes de credos religiosos, tudo isso faz parte do conjunto multicultural.



A coexistência de diversos grupos culturais em um mesmo lugar é um exemplo de multiculturalidade e representatividade. Como quando temos em uma mesma sala de aula alunos e alunas afro-descendentes, indígenas, caucasianos e asiáticos.



O respeito ao culto de diferentes religiões é um exemplo de multiculturalismo em nossa sociedade. Quando em um lugar convivam de forma amistosa membros do candomblé, fiéis de igrejas evangélicas, seguidores do catolicismo, ateus, budistas, entre outras crenças, pode-se dizer que se trata de um ambiente multicultural.



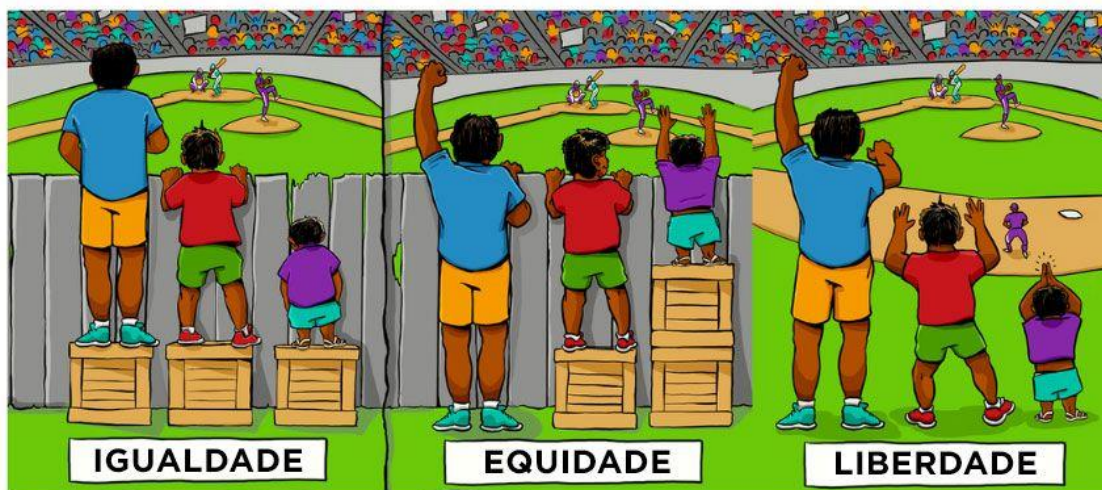
A música é um componente importante e presente em praticamente todas as culturas conhecidas. O reconhecimento de ritmos de outros grupos culturais, sem julgamento de quais seriam melhores ou piores, é outro exemplo de multiculturalismo.

Entretanto, essa multiculturalidade não pode ser confundida com o mito da democracia racial, que afirma que há uma perfeita igualdade étnica no país.

#### **4. Aula 3: Políticas de Ação Afirmativa como formas de discriminação positiva**

As ações afirmativas são políticas públicas que buscam minorar a desigualdade política, social e econômica entre grupos de uma sociedade. Este tipo de ação faz-se necessária quando a assimetria de oportunidades entre grupos sociais deriva de suas características culturais, fenotípicas, biológicas ou de injustiças históricas, comuns em sociedades que sofreram processos de colonização escravocrata, segregação racial, guerras civis. Ações afirmativas também são fundamentais em sociedades multiculturais ou com intensos fluxos migratórios.

A premissa básica das ações afirmativas é promover igualdade de acesso às oportunidades. As ações afirmativas propõem o tratamento desigual a não iguais para a construção de uma distribuição equitativa de bens e oportunidades. São importantes mecanismos para a ampliação da mobilidade social ascendente.



Elas permitem, ainda que de forma reduzida, que os caminhos percorridos por indivíduos de determinados grupos sejam frutos de sua escolha, não de suas circunstâncias. As ações afirmativas abarcam a promoção dos direitos civis, a emancipação material e a valorização do patrimônio cultural.

A Índia foi pioneira na implementação das políticas afirmativas, ao adotar como parte da legislação, em 1950, a criminalização da divisão de castas, que historicamente vinha dividindo a população indiana em grupos sociais hereditários (em que a condição social de um indivíduo passa de pai para filho). A estrutura de castas impedia a mobilidade social e, com isso, quem nascia nas castas mais baixas não tinha possibilidade de ascender socialmente, pois todos os mecanismos legais estavam reservados para as castas mais altas. O país passou a ter políticas de reserva para incluir “cotas de representação política nas legislaturas, cotas de contratação no serviço público e cotas nas instituições públicas de ensino superior”.

Nos EUA, as políticas de ações afirmativas foram implementadas na década de 1960, como resultado da luta por direitos civis e pela promoção da igualdade racial, voltada para o acesso nos espaços educacionais, políticos e econômicos. Foi nessa mesma década que se implementou cota no mercado de trabalho para impulsionar e garantir oportunidades para afro-americanos nos processos de contratação e seleção.

O início dos anos 2000 foi fundamental para a política nacional, porque foi no ano de 2001, durante a Conferência de Durban, que o Brasil reconheceu internacionalmente ser um país racista. A implementação de ações afirmativas ganhou força em 2003, com a lei 10.639, a qual estabelece o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na de Educação Básica.

Posteriormente, em 2012, houve a aprovação da Lei nº 12.711 para programas de cotas em universidades para pretos, pardos e pobres, como forma de diminuição das lacunas existentes e persistentes na formação de pessoas negras ao longo da história do país.

#### 4.1. A Discriminação como um fator positivo

São medidas para favorecer os grupos que sofrem discriminação. Por esse motivo, alguns teóricos acreditam que a discriminação se torna um fator positivo. Não fosse esse indicativo, essas pessoas não seriam alcançadas por essas políticas afirmativas.

As políticas de ações afirmativas são medidas que possuem amparo na lei para implementação de uma **discriminação positiva**, ou seja, uma forma de estabelecer critérios para reconhecer as diferenças existentes entre os grupos sociais. Por meio de ações pontuais e por tempo determinado, as ações afirmativas têm como objetivo diminuir as desigualdades históricas vivenciadas por grupos sociais, como as populações negras e indígenas no Brasil.



Essas ações desempenham importante papel no combate à desigualdade social e às segregações. Elas permitem que pessoas de origens distintas alcancem espaços de influência no âmbito educacional, político, econômico, socioprofissional e cultural. Não se trata de concessão de benefícios ou privilégios a determinado grupo, mas da efetivação de direitos assegurados pela Constituição.

#### 4.2. Os tipos de Ações Afirmativas

As ações afirmativas visam minorar as distorções impostas pela desigualdade. São empreendidas, principalmente, pelos governos, mas podem ocorrer também no ambiente empresarial, por iniciativa de grupos da sociedade civil organizada e mesmo por organizações multilaterais. Quanto ao modo de aplicação, também é variável, pode ser centralizado ou descentralizado, voluntário ou determinado por lei.

A dimensão socioeconômica, que abrange educação e renda, é a principal seara em que tais ações são desenvolvidas. São exemplos de ações afirmativas políticas sociais: bolsas, auxílios, reserva de vagas prioritárias em programas de habitação, reserva de vagas em creche, concessão de empréstimos, redistribuição de terras, cotas em diversos níveis de ensino e em concursos públicos, estímulo à contratação de indivíduos de grupos sociais discriminados, fundos de estímulo, preferência em contratos públicos, entre outros.

Além da dimensão material, oportunizada principalmente pelo acesso à educação, ao emprego, à habitação e aos meios de subsistência, as ações afirmativas englobam também a dimensão simbólica e cultural por meio de políticas de proteção a estilos de vida de povos tradicionais, como: povos indígenas, quilombolas, ciganos, ribeirinhos.

Também podemos destacar a questão das metas mínimas de participação nas mídias ou imprensa, em propagandas e comerciais, participação em novelas ou programas de TV em geral.

Recentemente, na política, uma nova lei estabeleceu um critério de participação de grupos minoritários, com verbas específicas para bancar essas candidaturas ou reservas de vagas em pleitos. Por exemplo, as ações afirmativas para ampliar a participação feminina na política existem desde a década de 1990, mas sem conseguir grandes resultados nas décadas seguintes. Assim, em 2018, o STF garantiu que 30% do fundo partidário seja destinado a candidaturas femininas.

#### **4.3. As ações afirmativas no Brasil**

A discriminação de minorias é fato recorrente ao longo da história. Não só na sociedade brasileira, como em todo o mundo. Como bem asseverou o Ministro Joaquim Barbosa:

***“[...] a discriminação, como componente indissociável do relacionamento entre os seres humanos, reveste-se de uma roupagem competitiva. O que está em jogo aqui é, em certa medida, competição: é o espectro competitivo que germina em todas as sociedades. Quanto mais intensa a discriminação e mais poderosos os mecanismos inerciais que impedem o seu combate, mais ampla se mostra a clivagem entre o discriminador e o discriminado”.***

No Brasil, as primeiras políticas públicas voltadas a não discriminação, se caracterizavam por medidas de cunho assistencialista contra a pobreza.





Posteriormente, a legislação passou a obrigar a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, o que se pode considerar como a primeira efetiva ação governamental voltada para a inclusão de minorias. Apesar de essa inclusão ter sido possível em decorrência da promulgação da Carta Magna de 1988, essas mudanças somente ocorreram em decorrência da evolução da legislação internacional, como os tratados e as convenções, dos quais o Brasil era signatário. Com efeito, nos anos posteriores à promulgação da Constituição da República de 1988, as pessoas com deficiência obtiveram importantes conquistas, como o Dia Internacional das Pessoas Deficientes, proclamado pela Organização das Nações Unidas em 1981.

No campo educacional, as mudanças demoraram um pouco mais a ocorrer. No âmbito do Estado do Rio de Janeiro, houve a aprovação da lei estadual 3.524/00, de 28 de dezembro de 2000, que garante a reserva de 50% das vagas, nas universidades estaduais do Rio de Janeiro, para estudantes das redes públicas municipal e estadual de ensino. Esta lei passou a ser aplicada no vestibular de 2004 da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). A Lei Estadual 3.708/01, de 9 de novembro de 2001, instituiu o sistema de cotas para estudantes denominados negros ou pardos, com percentual de 40% das vagas das universidades estaduais do Rio de Janeiro.

Segundo a referida lei, 20% das vagas são reservadas para estudantes de escolas públicas, 20% para negros e indígenas, e 5% para pessoas com deficiência e filhos de policiais civis, militares, bombeiros ou inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço. Outro importante mecanismo no âmbito das ações afirmativas voltadas à educação se deu com o Plano de Metas para a Integração Social, Étnica e Racial, de 6 de junho de 2003, da Universidade de Brasília – UnB –, que instituiu o sistema de reserva de vinte por cento de vagas no processo de seleção para ingresso de estudantes, com base em critério étnico-



racial. No âmbito Federal, o primeiro movimento se deu com a edição da Lei 10.588/2002, que instituiu o Programa Diversidade na Universidade. A Lei 10.588/2002 foi regulamentada pelo Decreto 4.876/2003 e pelo Decreto n.º 5193/2004. Após, foi promulgada a Lei no 11.096/2005, que instituiu o Programa Universidade para todos (PROUNI), que consiste na concessão de bolsas de estudos em universidades privadas a alunos que cursaram o ensino médio completo em escolas públicas ou particulares como bolsistas integrais, desde que a renda familiar fosse de pequena monta. O programa ainda atribui cotas das bolsas para negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência.



Por fim, pensou-se nas cotas para inclusão de alunos egressos de escolas públicas, através da edição da Lei 12.711/2012, que instituiu que 50% das vagas em universidades e institutos federais deverão ser reservadas a estudantes que frequentaram todo o ensino médio em escolas públicas.

Por isso, 45% das vagas da UERJ são destinadas a indivíduos nessas condições, desde que tenham baixa renda per capita.

#### 5. Aula 4 - Atividade Discursiva



**Observe atentamente a charge ao lado:**

- Releia os textos da aula

#### **Comando da questão**

Faça uma relação entre a charge e os assuntos tratados na aula

## 6. Aula 5 - Exercícios e Questões de Enem

### 6.1. Enem 2017 2ª aplicação

O racismo institucional é a negação coletiva de uma organização em prestar serviços adequados para pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica. Pode estar associado a formas de preconceito inconsciente, desconsideração e reforço de estereótipos que colocam algumas pessoas em situações de desvantagem.

GIDDENS, A. Sociologia. Porto Alegre: Penso, 2012 (adaptado).

O argumento apresentado no texto permite o questionamento de pressupostos de universalidade e justifica a institucionalização de políticas antirracismo. No Brasil, um exemplo desse tipo de política é a

- (A) reforma do Código Penal.
- (B) elevação da renda mínima.
- (C) adoção de ações afirmativas.
- (D) revisão da legislação eleitoral.
- (E) censura aos meios de comunicação.

### 6.2. Enem PPL

A população negra teve que enfrentar sozinha o desafio da ascensão social, e frequentemente procurou fazê-lo por rotas originais, como o esporte, a música e a dança. Esporte, sobretudo o futebol, música, sobretudo o samba, e dança, sobretudo o carnaval, foram os principais canais de ascensão social dos negros até recentemente. A libertação dos escravos não trouxe consigo a igualdade efetiva. Essa igualdade era afirmada nas leis, mas negada na prática. Ainda hoje, apesar das leis, aos privilégios e arrogâncias de poucos correspondem o desfavorecimento e a humilhação de muitos.

CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro:

Civilização Brasileira, 2006 (adaptado).

Em relação ao argumento de que no Brasil existe uma democracia racial, o autor demonstra que

- (A) essa ideologia equipara a nação a outros países modernos.

- (B) esse modelo de democracia foi possibilitado pela miscigenação.
- (C) essa peculiaridade nacional garantiu mobilidade social aos negros.
- (D) esse mito camuflou formas de exclusão em relação aos afrodescendentes.
- (E) essa dinâmica política depende da participação ativa de todas as etnias.

### 6.3. Enem 2017

Muitos países se caracterizam por terem populações multiétnicas. Com frequência, evoluíram desse modo ao longo de séculos. Outras sociedades se tornaram multiétnicas mais rapidamente, como resultado de políticas incentivando a migração, ou por conta de legados coloniais e imperiais.

GIDDENS. A. Sociologia. Porto Alegre: Penso, 2012 (adaptado).

Do ponto de vista do funcionamento das democracias contemporâneas, o modelo de sociedade descrito demanda, simultaneamente,

- (A) defesa do patriotismo e rejeição ao hibridismo.
- (B) universalização de direitos e respeito à diversidade.
- (C) segregação do território e estímulo ao autogoverno.
- (D) políticas de compensação e homogeneização do idioma.
- (E) padronização da cultura e repressão aos particularismos.

### 6.4. Uem 2012

Leia o texto a seguir e assinale o que for correto sobre o tema da diversidade étnica.

“[...] Na verdade, raça, no Brasil, jamais foi um termo neutro; ao contrário, associou-se com frequência a uma imagem particular do país. Muitas vezes, na vertente mais negativa de finais do século XIX, a mestiçagem existente no país parecia atestar a falência da nação [...]”

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: NOVAIS, Fernando & SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.) História da Vida Privada no Brasil. Contrastes da intimidade contemporânea,. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 177.

- (A) Os termos raça e etnia se equivalem. Ambos fazem referência à composição de grupos de pessoas com características fisiológicas e biológicas comuns.
- (B) Os estudos centrados na noção de raça classificam a humanidade por meio da seleção natural e da organização genética.
- (C) Por ser o Brasil o país com o maior número de negros e afrodescendentes depois do continente africano, não é pertinente discutir no Brasil o racismo.
- (D) Nas décadas seguintes à abolição da escravidão, a integração dos negros à sociedade brasileira foi marcada pela adoção de mecanismos de inclusão que resultaram, recentemente, na implantação das chamadas políticas de ação afirmativa.

### 6.5. Unioeste 2011

“Na segunda metade do século XX, a tendência à superação das ideias racistas permitiu que diferentes povos e culturas fossem percebidos a partir de suas especificidades. Grupos de negros pressionaram pela adoção de medidas legais que garantissem a eles igualdade de condições e combatessem a segregação racial. Chegamos então ao ponto em que nos encontramos, tendo que tirar o atraso de décadas de descaso por assuntos referentes à África”.

Marina de Mello e Souza. A descoberta da África. RHBN, ano 4, n. 38, novembro de 2008, p.72-75.

A partir deste texto e do conhecimento da sociologia a respeito da questão racial em nosso país, é possível afirmar que

- (A) autores como Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Darcy Ribeiro, entre outros tantos autores, são importantes por chamarem a atenção do país para o papel dos negros na construção do Brasil e da brasilidade, e as formas de exclusão explícitas e implícitas que sofreram.
- (B) apesar de relevante a luta contra o preconceito racial, o estudo da África só diria respeito ao conhecimento do passado, do período do Descobrimento do Brasil até a abolição da escravidão entre nós.
- (C) estudar a África só nos indicaria a captura e a escravidão de diferentes povos africanos, tendo em vista que raça e o racismo são categorias ideológicas as quais servem para encobrir as fortes tensões sociais existentes entre a imensa classe de pobres e o seu oposto a dos ricos.



(D) a autora quer dizer que devemos hoje operar cada vez mais com categorias tais como a especificidade da raça negra, da raça branca, da raça amarela e outras mais.

## **7. Considerações Finais**

Enfim, fechamos um ciclo de estudos juntos. Uma experiência ímpar e especial entrar em contato com uma nova disciplina, com novos conceitos, com abordagem interdisciplinar.

Esperamos ter contribuído para o seu crescimento intelectual e nos encontraremos no próximo ano, quando iniciaremos um debate a respeito de direitos e deveres do cidadão que vive em um modelo democrático. Vamos voltar no tempo, no período que antecede o nascimento de Cristo para resgatar as origens e as histórias dos novos conceitos que vamos agregar à sua bagagem intelectual.

Nos vemos lá!

## **8. Resumo**

Neste último bimestre, além do resgate aos temas já trabalhados nos bimestres anteriores, acrescentamos ao nosso arsenal de conhecimento os conceitos de multiculturalismo e ações afirmativas como formas de “correção” de erros históricos cometidos pelo país ao longo de seu processo de formação e construção.

Uma sociedade multicultural é aquela que, em um mesmo território, abriga povos de origens culturais distintas entre si. As relações entre esses grupos podem ser aceitação e tolerância ou de conflito e rejeição. Isso vai depender da história da sociedade em questão, das políticas públicas propostas pelo Estado e, principalmente, do modo específico como a cultura dominante do território é imposta ou se impõem para todas as outras. A convivência entre culturas diferentes não é uma questão nova, mas que se intensificou nos últimos anos devido a acontecimentos marcantes.

Ações afirmativas são políticas públicas focais voltadas para grupos que sofrem discriminação étnica, racial, de gênero, religiosa. As políticas afirmativas têm como objetivo promover a inclusão socioeconômica de populações historicamente privadas do acesso a oportunidades.

As ações afirmativas são medidas necessárias, tendo em vista que pressupõem uma reparação histórica de desigualdades e desvantagens acumuladas e vivenciadas por determinado grupo racial ou étnico, de modo que essas medidas aumentam e facilitam o acesso desses grupos, garantindo a igualdade de oportunidades.

Entendemos ser o Brasil um país multicultural, além de miscigenado e multiétnico. Um país que precisa trabalhar em prol do alcance de uma sociedade igualitária, que seja próxima aos conceitos de justiça e equidade.

Dessa forma, denota-se que, para se alcançar plenamente a igualdade material – frise-se – grande desafio no Estado Democrático de Direito, é necessário que o Poder Público lance mão de mecanismos de correção de desigualdades, como é o caso do sistema de cotas.

## **9. Referências Bibliográficas**

<https://www.tecmundo.com.br/minha-serie/glee>

[https://www.purebreak.com.br/serie/glee\\_e105620](https://www.purebreak.com.br/serie/glee_e105620)

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Multiculturalismo>

<https://www.significados.com.br/multiculturalismo/>

<https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/acoes-afirmativas.htm>

<http://simaigualdaderacial.com.br/site/?p=2912>

<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/acoes-afirmativas-no-brasil-como-garantia-ao-principio-constitucional-da-igualdade/>